

EDUCAÇÃO ÉTNICA RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

RACIAL ETHNIC EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION: POSSIBILITIES AND
CHALLENGES

Jéssica Macedo Rafael de Arruda

Licenciatura em Pedagogia, São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim-ES,
jessica_macedo.rafael@hotmail.com

Quesia Scherrer de Souza

Licenciatura em Pedagogia, São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim-ES,
quesiascherrer@gmail.com

Rafaela Boldrini Bergamin

Licenciatura em Pedagogia, São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim-ES,
rafa.bergamin.12@gmail.com

Simone Machado de Athayde

Licenciatura em Pedagogia, São Camilo, Cachoeiro de Itapemirim-ES,
athaydesimone@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo, reflete-se, de modo geral, sobre algumas possibilidades teóricas e práticas, de como trabalhar a diversidade cultural, em específico a diversidade étnico racial, dentro do espaço escolar. Baseando nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas leis 10.639/03 e 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história de cultura Afro-brasileira e Africana, faz-se necessário ampliar-se o debate sobre o tema diversidade brasileira. A implementação da lei dentro da sala de aula, pode fazer com que os educandos reflitam sobre a diversidade cultural que há em nosso país. Podendo também ser um caminho para vencer qualquer tipo de preconceito. Tratar a diversidade cultural, como princípio educativo, nos leva a rever nossos conceitos. O presente trabalho traz reflexões pertinentes de alguns autores sobre o tema, mostrando que é possível trabalhar a diversidade no espaço escolar.

Palavras-chave: Currículo na educação infantil; Leis 10.639/03 e 11.645/08; Diversidade cultural afro-brasileira-brasileira.

Abstract

In this article, it is generally reflected on some theoretical and practical possibilities of how to work cultural diversity, ethnic racial diversity, within the school space. Based on the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (DCNEI), the National Curricular Parameters (NCPs) and Laws 10.639 / 03 and 11.645 / 08, which make it compulsory to teach Afro-Brazilian and African culture history, it is necessary debate on the theme of Brazilian diversity. The implementation of the law within the classroom can make the students reflect on the cultural diversity that exists in our country. It can also be a way to overcome any kind of prejudice. Treating cultural diversity as an educational principle leads us to revise our concepts. The present work brings pertinent reflections of some authors on the theme, showing that it is possible to work the diversity in the school space.

Keywords: Curriculum in early childhood education; Laws 10.639/03 and 11.645/08; Afro-Brazilian cultural diversity.

INTRODUÇÃO

Por vezes notamos atos discriminatórios contra as pessoas que são consideradas minoritárias na sociedade. Essas práticas vêm acontecendo desde o Brasil colônia e estão longe de serem extintas, elas acontecem em espaços onde deveriam ser abominadas, como instituições educacionais.

As instituições educacionais têm como bases várias leis e diretrizes que amparam a melhor forma da educação, essas vão desde a educação infantil até o ensino médio. Existem várias propostas pedagógicas de ações e intervenções para diversas situações corriqueiras na escola. Uma dessas práticas é o modo como se deve trabalhar a diversidade nos espaços docentes, com ações que reafirmam a identidade da comunidade local e também da cultura do país.

Mesmo com tantas propostas e leis que obrigam as instituições a trabalharem de forma conscientizadora frente a diversos paradigmas vividos pela escola no cotidiano, ainda há instituições que negligenciam as leis e diretrizes e se recusam a trabalhar e agir sobre tais circunstâncias. Com isso, nosso objetivo principal é pesquisar e analisar as dificuldades de trabalhar a questão étnico-racial na educação infantil. Um exemplo disso é o trabalho com a própria identidade cultural brasileira através das culturas afro e indígenas que caracterizam o país desde o início da sua formação, no Brasil colônia.

Devido a isso, fomos à escola investigar porque essas propostas não são colocadas em prática e porque ainda há vários docentes que agem de forma discriminatória. Negam-se a trabalhar com tais temas e pior, muitos nem sabem que tem propostas de intervenção,

como as diretrizes curriculares nacionais que abordam a diversidade brasileira. Assim investigaremos a forma que o professor deverá intervir para colocar em prática condutas que fomente o senso crítico da criança.

Observando, sempre de forma discreta, a postura e o posicionamento do professor regente frente aos paradigmas diários, a fim de analisar a proposta que se refere neste artigo, a educação étnico racial na educação infantil, bem como suas possibilidades e seus desafios. Pesquisando as formas de ensino aprendizagem étnicos raciais na educação infantil e assim identificando quais são as dificuldades do professor da educação infantil nas práticas étnicos raciais.

Como estagiárias, foram inúmeras vezes que presenciamos a falta do afago e do carinho do professor regente com crianças negras ou de outras comunidades e, por diversas vezes, viu-se o mesmo tratando as demais crianças com reciprocidade.

Devido a essas observações, que aconteceram no decorrer do período acadêmico, sentimos a necessidade de fazer o trabalho de conclusão do curso voltado a essas experiências vividas e às práticas observadas, práticas essas que não devem ser aceitas por nós, docentes em formação. Para isso, acreditamos que a problematização da nossa pesquisa, se baseia em responder a seguinte pergunta: Quais são as dificuldades de trabalhar as questões étnicos raciais na educação infantil?

METODOLOGIA

O artigo foi produzido a partir de alguns conceitos teóricos que discutem sobre a diversidade brasileira dentro do espaço escolar. A pesquisa é um estudo de caso através das práticas na educação infantil, com entrevistas sobre o assunto, buscando compreender os desafios de trabalhar o tema na educação infantil.

Neste trabalho os resultados serão avaliados de forma: QualiQuanti. O trabalho é de caráter descritivo, onde a problemática levantada consiste em analisar quais as maiores dificuldades do professor quanto às práticas na educação infantil. Bem como a educação étnico racial é aplicada, observando comportamentos, procedimentos, técnicas de ensino e como os professores da educação infantil abordam o tema juntamente com a criança.

Tendo em vista que a concepção de infância e criança está sofrendo transformações ao logo do tempo e que a educação é um direito, deve-se relacioná-la com práticas sociais e culturais. Então, observaremos os reais impactos das leis e diretrizes, responsáveis por possibilitar um ambiente favorável a esse período de vida. E como a desvalorização da cultura e as diversas formas de preconceito podem prejudicar o desenvolvimento dos

pequenos.

DESENVOLVIMENTO

AS LEIS 10.639/03 E LEI 11.645/08

É sabido que o resgate da cultura afro-brasileira em nossa cultura é tarefa árdua, na medida em que essa foi massacrada e descaracterizada, o que levou a transformarem-se numa distorção da cultura Africana original, muitos a caracterizam como cultura pobre, e ainda há quem pense que o continente Africano é um sendo uma mesma cultura.

Na medida em que os povos de vários países africanos foram chegando ao Brasil Colônia, novas culturas foram se estabelecendo, pois uma vez que essas sofriam influência das demais, ocasionando a mistura cultural, criou-se então a diversidade cultural em nosso país. Essa mistura deve-se também a cultura indígena e portuguesa e não apenas entrelaçou vários hábitos e eventos culturais e religiosos, mas como também houve a miscigenação, ou seja, a mistura através do matrimônio dessas pessoas.

COSTA (2016, p.40) afirma que pessoas foram utilizadas como moedas de trocas, valores baixos e para “Trocados, sobretudo, por bebidas alcoólicas, armas e fumos.” Foram inúmeros eventos que descaracterizam os povos e os descendentes africanos, sendo a maior e a mais impactante a escravização desses povos, tornando pessoas desqualificadas para a sociedade e rebaixando-os a ponto de se torna algo cultural por séculos. A discriminação racista no Brasil não é de origem. Até chegou a ser, quando se imaginava que o africano tinha sangue impuro. Mas essa ideia ficou lá na época da colônia, porém não deixou de lançar suas ramificações no presente Cuti (2010).

Como forma de combater a discriminação racial, a Constituição de 1988 assegura ao povo brasileiro Leis que amparam a população contra os atos de preconceitos, garantindo a harmonia social e a igualdade para todos, independente de cor, sexo e idade:

[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei. (Inc. XLII da Constituição Federal de 88, 1988).

Através da constituição, o povo brasileiro passa a ter uma lei que os amparasse mediante a tais atitudes discriminatórias. Porém, a lei não foi forte o suficiente para que tais

práticas fossem amenizadas. Com o passar dos anos, a discriminação e o preconceito passaram a ser disfarçado:

As pessoas racistas são muito hábeis em sua prática. Sabem de antemão que não se podem deixar denunciar. Dissimular é a prática transmitida de pais para filhos há séculos. Os brancos entre si chamam os negros de pretos, riem deles, mas, se houver um negro entre eles, então disfarçam, procuram manter a hipocrisia alerta e, se o negro reagir a qualquer deslize deles, ele, negro, será acusado de racista ou complexado. (SILVA, Luiz. 2010).

Então, passa a ser pensado em uma nova prática para o combate desses atos, são estabelecidas leis e diretrizes para que aconteçam ações dentro das instituições de ensino. Cria-se então a Lei 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo escolar a história da cultura afro-brasileira. O objetivo desta lei é que os estudantes do ensino fundamental e médio pudessem ter acesso ao ensino da cultura africana e a herança deixada para o povo brasileiro, bem como as principais marcas, uma vez que a população brasileira está diretamente ligada à cultura primária vinda ao Brasil.

Neste contexto, vê então a necessidade de uma Lei que substituísse e ampliasse a história do povo brasileiro. Surge então a Lei 11.645/08 (Presidência da República Casa civil, 2008), criada pelo Congresso Nacional, a fim de que o currículo escolar prevesse o ensino da cultura afro-brasileira e indígena para estudantes da educação básica, do ensino fundamental e médio.

Baseando na Lei nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história de cultura Afro-brasileira e Africana, faz-se necessário ampliar-se o debate sobre o tema que, em termos gerais e atualmente, tem se tornado relevante para se pensar em um modelo de sociedade verdadeiramente justa, para uma valorização e caracterização da sociedade Afro.

No Brasil, a partir da promulgação da Lei nº 10.639/2003 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, foi estabelecido um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país. Foram criadas, ainda, formas efetivas para o enfrentamento e a eliminação do racismo e da discriminação nos contextos educacional e social. Desde então, tanto o Ministério da Educação quanto a Representação da UNESCO no Brasil têm concentrado esforços para produzir conteúdo e materiais pedagógicos voltados para a formação inicial e continuada de professores (as) vinculados (as) à educação básica. (História e cultura e Afro-Brasileira na educação infantil, pág. 7)

Essas Leis e diretrizes têm como objetivo promover a educação étnico racial para

alunos de escolas públicas e privadas, a fim de que todos possam ter práticas conscientes para uma sociedade igualitária.

A escola é o espaço onde o sujeito poderá conhecer a sua própria identidade cultural, atuar ativamente de forma crítica, refletindo e construindo conhecimentos e a partir desse ponto criar a sua própria identidade. É importante que esse sujeito conheça seu próprio espaço, bem com as suas raízes culturais. E quando falamos de raízes culturais podemos ligar diretamente ao passado brasileiro/português/africano/indígena, uma vez que, essas culturas foram à base da cultura atual e tem marcas impactantes no presente. Marcas essas que impactaram a cultura, a economia, a política e a sociedade de uma forma geral.

A escola não está livre desses atos, pelo contrário, é lá que deverá começar o combate a essas práticas, um legado deixado pela sociedade que deve ser criticado por docentes e discentes, a fim de que esse contexto possa mudar. O contato da criança com a escola, diferente do contato com a família que ocorre desde o ventre materno, acontece quando ela já está em processo de formação do pensamento.

A criança chega à escola com uma “bagagem familiar”, porém ela não chega à escola e vai direto para o ensino fundamental I. Sabemos que a criança passa pela educação infantil, fase essa conhecida como dos “porquês”, onde questiona e tem interesse em tudo, do lúdico, do faz de conta e onde a criança expressará, em atitudes comportamentais, as heranças deixadas através de seus familiares e da sociedade pelo qual está inserida.

A educação infantil, bem como as demais etapas da educação básica, está amparada por diretrizes que garantem as crianças à oportunidade de ter acesso a educação de qualidade e assim uma educação igualitária, conscientizadora, sensibilizadora e crítica.

Dentre muitas propostas contidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (DCNEI), para que essas práticas se tornem eficazes na vida da criança, há propostas de ações e intervenções sobre a diversidade, que está presente em nossa sociedade e na sala de aula:

O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação. A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes. (DCNEI, 2010, página 21).

Embora o professor regente, da educação infantil, não aborde assuntos ligados à determinada cultura/sociedade, é necessário que tenha consciência de que a diversidade

deve ser um assunto inserido nas vivências da criança. Para que ela já consiga assimilar as noções de valorização dos meios em que está ou não inserida, ligada direta ou indiretamente, através da sociedade.

Essas propostas didáticas devem possibilitar à criança a autonomia, incentivando positivamente seu modo de pensar e agir, tornando-a um ser crítico, reflexivo e indagador referente ao que está vivendo. Esse modo permitirá que a criança se torne um ser ativo no ambiente onde está inserida e não sendo, portanto, um ser passivo, agente dos resultados do meio, moldado pela dissimulação passada de geração pós-geração.

O trabalho da identidade da criança é algo marcante para a vida dela, sendo necessárias ações e práticas que corroborem para que elas tenham uma experiência viva e eficaz com seu mundo intrapessoal e interpessoal.

O trabalho com a identidade representa mais um importante espaço para a integração entre família e instituição. Desenvolver atitudes de respeito às particularidades de cada grupo familiar favorece, por exemplo, que o professor e os outros profissionais de educação infantil compreendam a dificuldade de uma criança em usar talheres, quando em sua casa o costume é comer com as mãos. Ao lado dessa atitude permanente de respeito e compreensão, podem-se planejar momentos específicos de colaboração entre a instituição e as famílias. (PCN, 1998, p. 41)

A nossa pesquisa, tem como objetivo buscar conhecer quais são as ações e intervenções dos docentes no meio infantil, frente às práticas discriminatórias. Como abordar a identidade da criança de uma forma lúdica, como apresentar a cultura da nossa sociedade para as mesmas e como intervir em atos discriminatórios em sala de aula, muitas vezes por parte até mesmo de outros profissionais da escola.

DIFICULDADE QUE OS PROFESSORES ENCONTRAM PARA TRABALHAR AS QUESTÕES ÉTNICOS RACIAIS

Há muitos professores que encontram dificuldades para abordar a diversidade cultural dos seus alunos. O educador precisa estar atualizado quanto às leis que regem a educação e procurar se apropriar das políticas e ações que se referem à educação. Bem como o trabalho sobre a diversidade brasileira através das *Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB), Plano Nacional de Educação (PNE) e entre outros documentos.

O profissional docente deve estar sempre se qualificando, para criar práticas que respeitem a diversidade e as relações étnicos raciais existentes dentro da sala de aula. Para

enfrentar situações cotidianas ligadas à criança, situações essas que são capazes de transformar o futuro do discente. Lopes (2006) aborda sobre como deve ser o ambiente escolar, com relação à diversidade e as relações étnicos raciais:

Deve constituir-se em ambiente educativo, acessível à comunidade à qual serve, em que se respeita o outro, em que se dá visibilidade a todos, combatem-se as discriminações, busca-se eliminar os preconceitos e são desfeitos os estereótipos, estimulando a autoimagem e a autoestima positivas e promovendo a igualdade étnico racial, pelo reconhecimento da diversidade e pela desconstrução das diferentes formas de exclusão. (Lopes 2006. p. 31 apud AGOSTINHO et al, 2014, p.7).

Diante do que foi exposto, compreende-se que a escola da atualidade precisa (re) pensar seus valores inclusivos e, assim, seu currículo, sua estratégia de avaliação, e colaborar cada vez mais para a formação do educador.

O docente precisa ter um olhar sensível em relação às questões étnicos raciais. Se desde a pré-escola a criança estiver em contato com a diversidade cultural, ela irá se desenvolver vivenciando o mundo da diversidade de forma eficaz. A escola deve ser um ambiente propício para a construção da identidade da criança, para o autoconhecimento que ela levará para sua vida em conjunto com a sociedade.

É indispensável que o docente valorize a diversidade que há em sua sala, intensificando as relações interpessoais e intrapessoais. Tornando o espaço escolar um desenvolvedor de caráter, sendo capaz de fomentar atitudes positivas e intervir nas negativas. É na educação infantil onde criança tem o primeiro contato com a diversidade cultural, e por isso ela precisa ter oportunidade de apreender regras, para uma convivência pautada no respeito ao próximo.

Cavalleiro (2001, p.163) expõe sobre como deve ser a prática do professor, em relação à diversidade: “Uma prática pedagógica que promova a autoestima necessariamente necessita estar comprometida com a promoção e o respeito do indivíduo e suas relações coletivas”.

Diante disso, é preciso que o educador entenda a responsabilidade de fazer com que a educação promova atitudes positivas nas crianças, sendo assim, contribuir para que as relações étnicas raciais não sejam apenas projetos inalcançáveis. Tendo como função desenvolver e construir junto ao discente significado para sua aprendizagem, lançar o olhar para as diferenças entre vários aspectos de desigualdade, instigar os educandos a rever os determinados valores morais, éticos e raciais.

Há inúmeras formas de trabalhar a diversidade cultural, de modo que valorize a

cultura do educando, como histórias, contos, ilustrações e outros saberes que retratam a diversidade. Esses recursos podem proporcionar uma melhor interação entre eles. Alguns autores abordam sobre como deve ser a hora do conto:

O professor, ao contar história e discutir com os alunos, está promovendo sua socialização e desenvolvendo seu senso de moralidade, sem entregar para [criança] prontos, conceitos e saberes que ela precisa construir. O objetivo não é, “transmitir o valor” ou “encontrar a resposta certa”, mas ensinar a criança a pensar. Só assim ela será socializada. (SILVA, 2011, p. 34 apud SILVA, 2011, p.25).

Trabalhar histórias que valorizam a cultura brasileira, afro-brasileira e indígena desde a educação infantil, como princípio educativo, tendo como foco a mudança na conduta das crianças, de forma lúdica e prazerosa. É importante que o professor inclua personagens negros em suas práticas dentro de sala, dessa forma é possível construir a consciência de que vivemos em um país diverso, com muitas riquezas. Além de proporcionar a valorização da autoestima e a afirmação identitária das crianças negras.

Inúmeras são as possibilidades de trabalhar a cultura afro-brasileira dentro da sala, como: danças, músicas, comidas típicas, festas, tradições e literaturas que retratam a diversidade. Trabalhar o conhecimento da história e a cultura afro-brasileira significa uma tomada de consciência sobre a existência de outros referenciais que constituem os saberes e valores sociais e culturais da sociedade (Silva, 2011).

ABORDAGENS DOS AUTORES

Sabendo que o Brasil é um país é multiculturalista faz-se necessário a educação voltada para a diversidade e essa proposta é desafiadora. Um novo passo precisa ser dado, onde encontramos dificuldades em que há um despreparo e falta de empenho principalmente na Educação Infantil. O papel da Educação Infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem.

Com o objetivo de garantir o respeito no ambiente escolar entre as crianças e os demais é necessário estabelecer a aproximação entre as diferenças. Através de propostas que apresente as diversas culturas como meio de afastar qualquer tipo de preconceito, pois é na Educação Infantil que o processo de construção de identidade ocorre.

É necessário que os professores tenham uma formação com base na diversidade presente. Destacando a pergunta: esses profissionais estão aptos para enfrentar a

diversidade dentro da realidade do dia a dia em sala de aula? Por isso é importante uma boa formação, para que o profissional consiga entender que na Educação Infantil há especificidades, que são: afetivas, emocionais, sociais e cognitivas.

Entendemos que trazer para sala de aula recursos, para que haja interação e integração torna-se um fator positivo, dando sentido à diversidade. A escola tem o papel decisivo para a formação dos indivíduos onde há formação pessoal, social. Enfatiza Brandão:

Somos seres humanos, o que aprendemos na e da cultura de quem somos e de que participamos. Algo que cerca e enreda e vai da língua que falamos ao amor que praticamos, e da comida que comemos à filosofia de vida com que atribuímos sentidos ao mundo, à fala, ao amor, à comida, ao saber, à educação e a nós próprios. (BRANDÃO, 2002, p. 141).

Desta forma podemos relacionar a Educação com práticas sociais e culturais em que o professor irá auxiliar na formação de sujeitos sociais e que compreendam a riqueza da cultura, conduzida pelo ambiente escolar, formando cidadãos conscientes e críticos de sua realidade em que vive.

Portanto a escola e a sociedade têm o papel decisivo na formação social, pessoal, crítica. Em que a relação cultura e educação produzem aprendizagem, sendo assim é função da instituição, desenvolver experiências que levem as contribuições culturais aos educandos.

Aprender os valores sócio- históricos, étnicos e culturais por meio da prática pedagógica inovadora devem fazer parte das reivindicações históricas do movimento negro em prol da educação democrática e igualitária. Constitui uma entre outras modalidades de articulação de processos de realização de uma cultura. (BRANDÃO, 2002, p. 138).

Educação é um direito aos sujeitos, por meio de práticas pedagógicas inovadoras que levem o acesso das lutas e conquistas dos povos negros, tornando a escola um local de desenvolvimento individual e social. Se desde o início a criança tiver contato com a cultura, ela terá a possibilidade de vivenciar a diversidade de forma natural. Então, a escola precisa repensar seus valores, mudar seu currículo, a avaliação e colaborar com a formação do professor. Diante disto, a escola deve oferecer condições para que vivam como sujeitos, compreendendo a si mesmo e a respeitar os outros. O reconhecimento da diferença é fundamental e ao mesmo tempo é uma questão pedagógica e curricular.

Vieira (2001, p.118) “Temos o direito de admirar os valores do outro, não simpatizar

com eles ou mesmo se opor a eles. Porém, é perverso e desumano desqualificar ou subjugar os valores do outro aos nossos”. Ele destaca o conceito de intercultura, pensada na educação infantil havendo necessidade de revisão dos métodos e conteúdo da aprendizagem. A educação intercultural é dialógica, se faz pelo diálogo entre culturas.

Destacando o papel do educador nesse processo é preciso também que os docentes tenham a capacidade de olhar as diferenças como componentes indissociáveis e necessários. Para Fleuri:

Educador é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo e interage com outros sujeitos, dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicação e elaboração dos sentidos (percepção, significado e direção) que os sujeitos em relação constroem e reconstróem. Nestes contextos, o currículo e a programação didática, mais do que um caráter lógico, terão uma função ecológica, ou seja, sua tarefa não será meramente a de configurar um referencial teórico para o repasse hierárquico e progressivo de informações, mas prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e circulação de informações entre sujeitos, de modo que se autoorganizem em relação de reciprocidade entre si e com o próprio ambiente. (Fleuri 2003, p. 42-43)

No entanto, a Educação Infantil encontra alguns desafios, onde haja diálogo entre sujeitos com diferenças culturais. Os projetos Políticos-Pedagógicos devem abordar ações voltadas também para a diversidade cultural, reconhecendo que não existe apenas uma cultura e apenas uma infância. Reconhecer os direitos dos discentes a uma educação para a cidadania, tendo em vista o conhecimento da realidade de cada criança, os valores e os comportamentos, onde a escola precisa construir ações que estabeleça relações entre as diferenças.

É fundamental entender a criança como portadora da sua própria cultura, na medida em que as crianças desenvolvem os seus padrões de interpretação e das relações de sua fase de desenvolvimento humano. No modo em que a criança interage com o ambiente e adultos, elaborando seus próprios significados (Fleuri, 2000).

Neste sentido, procura-se desenvolver a compreensão dos processos educativos investigando os significados e os padrões de significados que são desenvolvidos pelas crianças, para possibilitar o reconhecimento das culturas, promovendo diálogo crítico. Implica em superar a ideia de criança como ser carente de razão, imaturo e incapaz, tendo em vista que é na educação infantil que ela cria sua própria identidade.

Diante disto, tornasse possível aprofundar a ideia de educação em que permita a articulação entre os contextos culturais, podendo elaborar a concepção de educador, pois:

Se o processo educativo consiste na criação e desenvolvimento de contextos educativos, e não simplesmente na transmissão e assimilação disciplinar de informações especializadas, ao educador compete a tarefa de propor estímulos (energia colateral) que ativem as diferenças entre os sujeitos e entre seus contextos (histórias, culturas, organizações sociais...) de modo a desencadear a elaboração e circulação de informações (versões codificadas das diferenças e das transformações) que se articulem em diferentes níveis de organização (seja em âmbito subjetivo, intersubjetivo, coletivo, seja em níveis lógicos diferentes). Educador, neste sentido, é propriamente um sujeito que se insere num processo educativo, e interage com outros sujeitos dedicando particular atenção às relações e aos contextos que vão se criando, de modo a contribuir para a explicitação e elaboração dos sentidos (percepção, significado e direção) que os sujeitos em relação constroem e reconstróem. Nestes contextos, o currículo e a programação didática, mais do que um caráter lógico, terão uma função ecológica, ou seja, sua tarefa não será meramente a de configurar um referencial teórico para o repasse hierárquico e progressivo de informações, mas terá a tarefa de prever e preparar recursos capazes de ativar a elaboração e circulação de informações entre sujeitos, de modo que se auto-organizem em relação de reciprocidade entre si e com o próprio ambiente. (FLEURI, 2000, p. 12)

Vimos que a intercultura foca na relação identidade e diferença tendo em vista a educação escolar, popular e a formação dos educadores e para a formação de estratégias pedagógicas. O papel do professor é fundamental, para que então nesse espaço, o processo educativo ganhe lugar, sentido e força. Através de ações programadas e pensadas para tal faixa etária, o currículo pode dialogar com os estudantes de forma que parte da cultura local e não uma realidade distante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa foram através de entrevistas com profissionais docentes e o método utilizado de ensino-aprendizagem, na educação infantil, relacionado às questões étnico raciais. A primeira professora entrevistada trabalha na rede municipal. A primeira pergunta foi: “Como você compreende a questão étnico racial?”.

Na sua resposta a professora X disse: “Compreendo a educação étnico racial como uma questão que deve ser ensinada, como forma de cultura e valores que devem ser passados para a criança. E a educação infantil é a fase que é transmitida esses valores, pois é nesta fase que as crianças estão criando a sua personalidade. Por isso é importante trabalhar a questão étnico racial dentro da sala, por ser uma questão de valores, da história do povo brasileiro, e por ser uma questão cultural”.

A segunda professora entrevistada trabalha na rede privada. A professora Y relatou: “Compreendo a questão étnico racial, como tudo que se refere ao gênero, raça, identidade,

cor de pele, etc.”.

A terceira professora trabalha na rede municipal. A professora Z disse: “Entendo que a etnia está relacionada ao âmbito de costumes, cultura, modos de viver, afinidades linguísticas de um determinado povo e raça está relacionado ao âmbito biológico, às diferenças de características físicas que fazem daquele grupo social, um grupo peculiar: como tipo de cabelo, e cor de pele”.

A segunda questão é “Como você aborda o tema das culturas afro-brasileiras dentro da sala?”. A professora X disse: “Abordo a questão étnico racial, em forma de rodas de conversas, pesquisas, entrevistas com as crianças, dando a voz às crianças, para que elas contem parte da história delas. E trabalhando as diferenças dentro da sala, para que haja o respeito mútuo”.

A professora Y relatou: “Esse tema deve ser abordado com maior cuidado possível, por ser um assunto tão delicado e por termos alunos diferente em sala de aula. Já passei por uma experiência um tanto delicada. Fui aplicar um texto sobre o Saci-Pererê, e nele falava que o personagem era preto como um carvão. Um aluno me questionou falando que o texto era preconceituoso. Levantamos um debate sobre o mesmo”.

A professora Z afirmou: “Existem vários meios criativos de abordar o tema na educação infantil. Com exposição de histórias infantis consoantes a essa diversidade, em que na hora da leitura os livros infantis abordam e demonstra a criança a igualdade entre os seres humanos, um exemplo claro, é a história ‘Menina bonita do laço de fita’. Bem como na aplicação de música e nos momentos da roda de conversa devem ser abordados os temas de respeito e amor pelos colegas de classe”.

A terceira questão é “Como aplicar as Leis 10.639/03 e lei 11.645/08 dentro da sala de aula?”. Na sua resposta, a professora X disse: “Trabalho com histórias, contos e músicas infantis que abordem o tema, e em seguida faz uma roda de conversa, para falar sobre as diferenças que existem em nosso meio, com a finalidade de transmitir os valores culturais para as crianças”.

A professora Y relatou: “Deve ser abordada como constituinte e formadora da sociedade brasileira, mostrando a importância dos negros na nossa história”.

A professora Z disse: “A criança chega à creche a partir dos 06 meses, e ainda não captam todas as informações necessárias, pois seus raciocínios ainda estão sendo formados. Todavia, nesse período ela tem uma capacidade imensa de sugação de tudo que lhe é mostrado. Portanto, por meio de brincadeiras, músicas e histórias elas aprendem melhor o que é passado, além da apresentação de imagens e rodas de conversa, com a finalidade de fixar o conteúdo”.

A última questão é “Quais os maiores desafios enfrentados, por você professor, em relação à discriminação no ambiente escolar?”. A professora X relatou na entrevista: “Em momentos de roda de conversa, algumas crianças falam que o cabelo do colega é feio, por ser diferente. Mas como professora, explicou que todos nós somos diferentes, cada um tem seu jeito de ser, e que todos nós devemos respeitar a todos, independentes de sermos diferentes”.

A professora Y disse: “O maior desafio está em fazer nossos alunos entenderem que devemos respeitar nosso próximo, independente de raça, gênero, cor, e tipo de cabelo”.

A professora Z respondeu: “O silêncio dos pais, em relação ao assunto, bem como a influência extrema da televisão, onde eles absorvem informações contrárias aos já ensinados, levando-os a terem comportamentos divergentes, pois os pais permitem que assistam programas e filmes não recomendados para a idade, fazendo com que percam o foco do respeito mútuo e mudam de comportamento nas salas de aula”.

Ao final das entrevistas, após analisarmos as questões notou-se que é possível sim trabalhar as relações étnico raciais dentro do contexto escolar. Tendo alguns desafios, como por exemplo, algumas crianças chegam à escola, com alguns conceitos, e valores já formados. Algumas crianças chegam à escola sem ter noção de que o outro é diferente, e precisa ser respeitado.

As professoras relataram durante a entrevista, que tentam levar para os seus alunos o respeito ao colega, e fazer com que elas compreendam que a diferença e assim precisamos nos respeitar. Pois, quando se fala em relações étnico raciais, fala-se também em saber conviver com a diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade escolar brasileira, bem como as possibilidades e os desafios que abrangem toda a educação básica, vimos que muitos paradigmas, enfrentados pelos docentes e discentes, vêm sendo combatido pelas estratégias e propostas educacionais. Essas práticas proporcionam ao corpo docente uma reflexão da identidade brasileira e a luta pelo espaço do povo, que por muitas vezes foi descaracterizado.

Essas políticas públicas possibilitam aos educadores estratégias necessárias ao combate da discriminação e promove a diversidade nos espaços institucionais. Os educadores por sua vez, devem diagnosticar as dificuldades presentes na realidade cotidiana ao trabalhar as questões étnicas. Impulsionando da melhor maneira as ações positivas das crianças na educação infantil e fazendo as devidas intervenções pedagógicas

federal-de-1988> Acesso em: 15 de out. 2015.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura AfroBrasileira e Indígena”. Brasília, DF: 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Planalto. Brasília, DF. **Presidência da República Casa civil**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm> Acesso em 15 de out. de 2017.

SILVA, Luiz. **Quem tem medo da palavra negro**. Revista Matriz. Porto Alegre, RS. Novembro. 2010.

SILVA Natalino Neves da. **A diversidade cultural como princípio educativo**. Paidéia R. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec. Belo Horizonte, n.11, Ano 8, p.13-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/download/1307/888>> Acesso em 13 out. 2017.

UFSC (Santa Catarina, SC). **Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/10410/10007>>. Acesso em: 13 out. 2017.

Vieira, R. S. **Educação intercultural**: uma proposta de ação no mundo multicultural. In: FLEURI, R. M. (Org.). **Intercultura**: estudos emergentes. Florianópolis: MOVER; Ijuí: Unijuí, 2001. P. 117-127. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usu%c3%A1rio/Downloads/117-400-1-PB.pdf>> Acesso em 17 out. 2017.

SOBRE OS AUTORES

Autor 1: Aluna graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo. Atua na área da Educação. E-mail: jessica_macedo.rafael@hotmail.com

Autor 2: Aluna graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo. Atua na área da Educação. E-mail: quesiascherrer@gmail.com

Autor 3: Aluna graduanda do curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo. Atua na área da Educação. E-mail: rafa.bergamin.12@gmail.com

Autor 4: Professor do curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário São Camilo. Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. E-mail: athaydesimone@hotmail.com

AGRADECIMENTOS

Nossos sinceros agradecimentos primeiramente a Deus, por estar conosco no decorrer desses longos 4 anos de graduação. Aos nossos pais, familiares e amigos por sempre acreditarem que somos capazes. E a nossa querida professora Simone Athayde, que nos orientou durante todo o processo, nos incentivou a buscar mais e acreditou que erámos capazes de alcançar nossos objetivos. Eterna gratidão a todos vocês.